



# Revista Educação e Linguagens

Revista dos cursos de Pedagogia e de Letras da Universidade Estadual do Paraná  
Unespar / Campus de Campo Mourão

Vol.16, e162621, 2026

Submetido em: 03/02/2026


Aceito em: 20/05/2026


Publicado em: 22/06/2026

## O apagão docente para além da ausência de professores: formação, trabalho e improviso

The teacher shortage beyond the lack of teachers: teacher training, work, and improvisation

La escasez de docentes más allá de la ausencia de profesores: formación, trabajo e improvisación

 Letícia Gomes da Silva Trindade<sup>1</sup>

 Vanice Schossler Sbardelotto<sup>2</sup>



**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar a relação entre formação acadêmica e atuação profissional dos docentes do Ensino Fundamental II da rede estadual de ensino de Francisco Beltrão, no sudoeste do Paraná, buscando compreender em que medida essa relação revela indícios do apagão docente, mesmo na ausência de registros oficiais de falta de professores. Parte-se do entendimento de que a escassez de professores não se manifesta apenas de forma quantitativa, mas também por outras fragilidades relacionadas à formação, às condições de trabalho e à desvalorização da carreira. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, fundamentada na perspectiva crítico-dialética, que articula análise bibliográfica, documental e dados empíricos coletados junto a docentes em exercício. Para a interpretação dos dados, o estudo organiza o fenômeno em categorias analíticas: falta quantitativa, improvisação, escassez oculta e contratos precarizados. Os resultados indicam que, embora não haja registros formais de falta de professores no município, a realidade escolar revela uma escassez oculta, expressa na atuação de docentes fora de sua área de formação, na presença de professores ainda sem formação concluída, na ampliação de contratos temporários e na alta rotatividade de docentes entre os componentes curriculares. Conclui-se que o apagão docente ultrapassa a dimensão quantitativa da falta de professores, configurando-se como expressão da crise do trabalho docente e da precarização das condições de permanência na carreira.

**Palavras-chave:** docência; formação docente; nível de qualificação; carreira do magistério da educação básica.

**Abstract:** This study analyzes the relationship between academic training and professional practice among lower secondary school teachers in the state public school system of Francisco Beltrão, in southwestern Paraná, seeking to understand to what extent this relationship reveals signs of the so-called teacher shortage crisis, even in the absence of official records indicating a lack of teachers. The study is based on the understanding that teacher shortage is not expressed only in quantitative terms, but also through other weaknesses related to teacher education, working conditions, and the devaluation of the teaching career. This is an exploratory study with a qualitative approach, grounded in a critical-dialectical perspective, combining

<sup>1</sup> Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Francisco Beltrão, Paraná, Brasil. Bibliotecária-Documentalista, Departamento de Biblioteca, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Francisco Beltrão, Paraná, Brasil. E-mail: leticiagomes.silva.07@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2888-4935>

<sup>2</sup> Doutorado em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Francisco Beltrão, Paraná, Brasil. Professora Adjunta do curso de Pedagogia e Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Francisco Beltrão, Paraná, Brasil. E-mail: vanice.sbar@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4551-768X>



bibliographic and documentary analysis with empirical data collected from practicing teachers. For data interpretation, the phenomenon is organized into analytical categories: quantitative shortage, improvisation, hidden shortage, and precarious employment contracts. The findings indicate that, although there are no formal records of teacher shortages in the municipality, the school reality reveals a hidden shortage, expressed in teachers working outside their field of training, the presence of teachers who have not yet completed their academic qualification, the expansion of temporary contracts, and high teacher turnover across curriculum subjects. It is concluded that the teacher shortage crisis goes beyond the quantitative dimension of lacking teachers, constituting an expression of the crisis of teaching work and the precarization of conditions for remaining in the profession.

**Keywords:** teaching; teacher education; qualification level; basic education teaching career.

**Resumen:** Este artículo analiza la relación entre la formación académica y la actuación profesional de los docentes de la Educación Básica II de la red pública estatal de Francisco Beltrão, en el suroeste de Paraná, con el fin de comprender en qué medida esta relación revela indicios del denominado apagón docente, aun sin registros oficiales de falta de profesores. Se parte del supuesto de que la escasez docente no se manifiesta solo de forma cuantitativa, sino también por fragilidades vinculadas a la formación, las condiciones de trabajo y la desvalorización de la carrera. Se trata de una investigación exploratoria, de enfoque cualitativo, fundamentada en la perspectiva crítico-dialéctica, que articula análisis bibliográfico, documental y datos empíricos recolectados con docentes en ejercicio. Para interpretar los datos, el estudio organiza el fenómeno en cuatro categorías analíticas: falta cuantitativa, improvisación, escasez oculta y contratos precarios. Los resultados muestran que, aunque no existan registros formales de falta de profesores, la realidad escolar revela una escasez oculta, expresada en la actuación de docentes fuera de su área de formación, en la presencia de profesores sin formación concluida, en la ampliación de contratos temporales y en la alta rotación docente. Se concluye que el apagón docente supera la dimensión cuantitativa y expresa la crisis del trabajo docente y la precarización de las condiciones de permanencia en la carrera.

**Palabras clave:** docencia; formación docente; nivel de cualificación; carrera del magisterio de la educación básica.

## 1 Introdução

A escassez de professores na educação básica tem sido recorrentemente debatida e sido objeto de estudos e relatórios, tanto nacionais quanto internacionais (Instituto SEMESP, 2022, 2024, OECD, 2024). Esses estudos indicam dificuldades crescentes na atração, permanência e reposição de docentes, sendo mais evidente em determinadas áreas do conhecimento (como Matemática e Física, por exemplo).

No Brasil, esse fenômeno vem sendo denominado como “apagão docente”, expressão que remete não apenas à insuficiência quantitativa de professores, mas também a um conjunto de fragilidades estruturais que permeiam a formação, o trabalho e a valorização da carreira docente. Trata-se de uma noção que amplia a compreensão do problema ao indicar que a falta de professores não pode ser dissociada das condições materiais em que o trabalho docente vem sendo realizado. Nessa perspectiva, como destaca Trindade (2026, p. 73), “a crise enfrentada pelos professores não é apenas resultado de condições materiais precárias, mas também de um projeto político mais amplo que visa enfraquecer a função emancipadora da educação pública.”

Além disso, temos que considerar as mudanças mais amplas no mundo do trabalho, com transformações impostas pela reestruturação produtiva do capital (Antunes; Alves, 2004) e pela consolidação de políticas neoliberais (Antunes; Praun, 2019) – que alteraram, sobremaneira, a forma como a própria noção de trabalho vem sendo organizada –, o que também está relacionada

ao que entendemos por apagão docente. E a profissão do magistério não passou ilesa por essas alterações. O que temos visto é a intensificação das tarefas, sobrecarga de funções, precarização dos vínculos e uma formação cada vez mais voltada para atender exigências do mercado (Silva, Motta, 2019; Kuenzer, 2024). Esse cenário, nada propício, reforça a desvalorização da profissão e ajuda a tornar a carreira docente pouco atrativa, o que contribui diretamente para o agravamento do quadro do apagão docente.

A compreensão dessa problemática exige, portanto, ir além de uma leitura restrita à falta de profissionais disponíveis para ocupar vagas na educação básica. Nas redes de ensino, a ausência de registros oficiais de falta de professores não significa, necessariamente, a inexistência do problema, mas pode ocultar situações de improvisos, como a presença de professores atuando fora de sua área de formação específica, por exemplo. Um possível desalinhamento indica que o apagão docente pode estar afetando a educação básica ao não garantir professores qualificados nas áreas que atendem às demandas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018). Com isso, investigar a compatibilidade entre a formação acadêmica dos professores e as disciplinas que lecionam, se torna um caminho para entender como o apagão docente se concretiza no dia a dia das escolas.

Diante desse contexto, este artigo parte do seguinte problema de pesquisa: em que medida a relação entre a formação acadêmica e o trabalho dos docentes do Ensino Fundamental II da rede estadual de Francisco Beltrão - PR revela indícios do apagão docente, mesmo na ausência de registros oficiais de falta de professores? Ao olhar para essa realidade local, o estudo busca mostrar como questões mais amplas da política educacional e das condições de trabalho docente aparecem no dia a dia escolar.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, de abordagem qualitativa, fundamentada na perspectiva crítico-dialética. O estudo articula análise bibliográfica e documental, com base em documentos legais e normativos, como o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, dados do Censo da Educação Superior do INEP e resoluções que regulamentam a organização do trabalho docente no Estado do Paraná, com dados empíricos coletados junto a professores em exercício no Ensino Fundamental II da rede estadual de Francisco Beltrão.

O artigo está organizado da seguinte forma: na seção 2, discute-se o conceito do fenômeno apagão docente, suas origens e dimensões; na seção 3, analisa-se a crise do trabalho e a desvalorização da docência como bases estruturais desse fenômeno; na seção 4, são apresentados e discutidos os dados referentes ao município de Francisco Beltrão, avaliando a presença de uma escassez oculta (uma das categorias do apagão), sustentada por práticas de improviso na gestão do trabalho docente. Por fim, nas considerações finais, retomam-se os principais achados e suas implicações teóricas, empíricas e políticas para o debate sobre o apagão docente no Brasil.

## 2 O apagão docente: conceito, origens e dimensões

Mais do que um problema quantitativo de falta de professores, o apagão docente envolve diferentes dimensões da crise que atravessa a profissão. Ele se manifesta nas dificuldades de atrair novos docentes, na fragilização da formação inicial, na dificuldade de manter esses profissionais na carreira e nas condições precárias de trabalho encontradas no exercício da docência. Nesse sentido, o apagão docente pode ser compreendido como um processo que já está em curso, expresso tanto na falta de professores quanto em formas de improviso, um cenário que tende a se agravar nos próximos anos, como apontam estudos nacionais e internacionais (Instituto SEMESP, 2023; Bof, Caseiro, Mundim, 2023; OECD, 2025).

Para compreender como o apagão docente se materializa na realidade educacional, o Quadro 1 sistematiza suas principais manifestações, permitindo visualizá-lo para além da mera ausência numérica de professores. Para fins analíticos, o fenômeno é organizado em quatro dimensões: falta quantitativa, improvisação, escassez oculta e contratos precarizados, elaboradas a partir de revisão bibliográfica e análise documental sobre formação docente, condições de trabalho e escassez de professores (Trindade, 2026).

**Quadro 1 –** Categorias e sentidos do apagão docente

	<b>Categoria</b>	<b>Sentido</b>
<b>Apagão docente</b>	Falta quantitativa	Atendimento insuficiente das necessidades quantitativas de professores qualificados para atuar em todas as áreas curriculares da educação básica
	Improvisação	Professores que atuam na educação básica sem a formação em nível superior adequada à área de conhecimento/disciplina que lecionam. (Exemplo: professor formado em Matemática lecionando disciplina de Física)
	Escassez oculta	Quando há registros que o ensino é exercido por pessoas que não são qualificadas para ensinar em determinada disciplina. (Exemplo: professor sem habilitação/formação em nível superior lecionando componentes curriculares para os anos finais do Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio)
	Contratos precarizados	Professores temporários são utilizados como estratégia para suprir a falta de docentes. Contudo, essa modalidade contratual opera também como um mecanismo de flexibilização nas relações de contratação, possibilitando a precarização das condições do trabalho docente.

Fonte: Trindade (2026, p. 24).

Conforme Trindade (2026, p. 24), o apagão docente não surgiu de forma repentina, nem pode ser explicado por fatores isolados. Trata-se de “um fenômeno historicamente construído, vinculado ao modo como a formação de professores e o trabalho docente foram sendo reorganizados no Brasil sob a lógica de racionalização, flexibilização e ajuste às demandas do capital”. As origens desse fenômeno estão diretamente relacionadas às transformações ocorridas

no mundo do trabalho nas últimas décadas, em especial ao avanço de políticas neoliberais e à flexibilização das relações de trabalho, como explicam Antunes e Alves (2004). No campo educacional, essas transformações têm se manifestado na precarização do trabalho docente, na ampliação de contratos temporários, na intensificação da jornada e na crescente responsabilização individual do professor pelos resultados educacionais. Autores como Piovezan e Ri (2019), Moura, Mendes Segundo e Aquino (2022) e Kuenzer (2024) analisam esse processo sob distintos enfoques, destacando os impactos da reestruturação produtiva sobre as condições de trabalho e a organização da educação.

Nesse cenário, o apagão docente assume múltiplas dimensões. Para além da falta de professores em determinadas áreas do conhecimento — como Física, Química, Matemática e Filosofia, que estão a níveis mais críticos —, o fenômeno se manifesta também quando professores são levados a lecionar disciplinas para as quais não possuem formação adequada, e quando o improviso passa a fazer parte da rotina escolar, muitas vezes amparado por normativas que flexibilizam os critérios de habilitação docente. (Gatti *et al.*, 2019; CEAPG; Instituto Península, 2020)

Estudos recentes, como o de Bof, Caseiro e Mundim (2023) têm indicado que a escassez de professores no Brasil não decorre da falta de vagas nos cursos de licenciatura, mas sim da baixa atratividade da carreira docente, considerada como um dos principais fatores associados ao déficit de profissionais no país. Atualmente, há uma ampla oferta de cursos de formação inicial, distribuída entre universidades públicas, instituições privadas e, de forma cada vez mais expressiva, cursos na modalidade de educação a distância (EaD). Ainda assim, esse volume de vagas não tem se convertido, de maneira efetiva, para profissionais atuando na educação básica.

Porém, um importante elemento desse descompasso é o alto nível de evasão nas licenciaturas. Embora existam vagas disponíveis nas licenciaturas, muitas delas permanecem ociosas ou são abandonadas ao longo do percurso. Pinto (2014) aponta que a evasão nos cursos de formação de professores ultrapassa os 30%, percentual superior ao registrado em outras graduações. Altas taxas de evasão reduzem significativamente o número de concluintes.

A desvalorização da carreira docente tem sido apontada na literatura como um dos pilares dessa problemática. (Gatti, Barretto, 2009; Pinto, 2014; Bof, Caseiro, Mundim, 2023). Baixos salários, jornadas exaustivas, vínculos precários e a ausência de condições adequadas de trabalho aparecem de forma recorrente como fatores que comprometem tanto a atratividade quanto a permanência na profissão. Nessa direção, Silva e Motta (2019, p. 17) afirmam:

As formas existentes de precarização do trabalho docente, junto às tendências que têm surgido nos últimos anos, nos levaram a identificar esses professores como o precariado professoral, pois são profissionais que vivem sob condições degradantes e aliam sobrecarga profissional, falta de perspectiva de uma carreira com acréscimos salariais ou licenças especiais decorrentes do tempo de serviço, baixa remuneração, insegurança, desamparo, ausência de salário no período de férias, em que não vigora o contrato, falta de reconhecimento e valorização social. Contudo, o medo do desemprego e a necessidade de assegurar a sobrevivência faz com que esses profissionais acabem por aceitar as situações mencionadas.

Nessa condição, a docência passa a ser marcada pela sobrecarga, pelo desamparo e pela aceitação de vínculos cada vez mais precarizados como estratégia de sobrevivência no trabalho, comprometendo tanto a atratividade quanto a permanência na carreira. Esse contexto, inclusive, faz com que o magistério deixe de ser uma carreira desejável, tanto para jovens que concluem o ensino médio quanto para parte dos próprios licenciados. Dados apresentados por Bof, Caseiro e Mundim (2023) indicam que apenas cerca de um terço dos concluintes das licenciaturas específicas ingressa, de fato, na carreira docente.

É importante destacar que a decisão de não ingressar ou de abandonar o magistério não pode ser atribuída a um único fator. Trata-se de um conjunto de razões, ainda que permeado por questões individuais, mas que também é condicionado por determinantes estruturais. Como destacam autores como Silva e Motta (2019) e Moura, Mendes Segundo e Aquino (2022), as transformações ocorridas no modo de produção capitalista nas últimas décadas têm redefinido o papel do Estado, reconfigurado as relações de trabalho e intensificado a precarização dos vínculos laborais. Com isso, as condições impostas pela lógica do capitalismo contemporâneo recaem de maneira direta sobre a profissão docente e sobre as possibilidades de permanência na carreira.

Assim, compreender o apagão docente implica reconhecê-lo como um fenômeno historicamente situado, relacioná-lo às determinações do capitalismo contemporâneo e às políticas educacionais que, embora ampliem o acesso à escolarização, acabam por fragilizar as condições de trabalho e de formação dos professores. É a partir dessa compreensão que este estudo se desenvolve, buscando analisar o apagão docente nas relações entre formação, trabalho e improviso, no contexto da rede estadual de ensino de Francisco Beltrão – PR, além de verificar se essa problemática se manifesta em municípios do interior do país.

### **3 Crise do trabalho e desvalorização da docência: bases estruturais do apagão docente**

A flexibilização do trabalho docente deve ser compreendida no interior de um modelo de gestão educacional que, nas últimas décadas, passou a incorporar princípios típicos da administração empresarial. Para as autoras Piovezan e Ri (2019), a adoção progressiva desse tipo de gerenciamento nas escolas, tem resultado na diminuição da autonomia dos professores, ao mesmo tempo em que lhes são atribuídas novas funções e responsabilidades. Assim, o trabalho docente passa a ser organizado sob critérios de controle, racionalização e busca permanente por eficiência, o que, na prática, significa concentrar uma carga cada vez maior de tarefas sobre um número reduzido de profissionais, com vistas à redução de custos e à chamada “otimização” dos recursos.

Conforme analisam Antunes e Praun (2019), essas mudanças expressam o avanço do capital sobre o trabalho, reorganizando o mundo produtivo segundo critérios de competitividade,

produtividade e redução de custos. Esse contexto, evidentemente, não poupa a profissão docente, que passa a vivenciar os efeitos diretos dessa lógica no interior das escolas.

O desinteresse crescente pela docência, o abandono da carreira e a baixa procura pelos cursos de licenciatura não podem, portanto, ser interpretados como simples escolhas individuais. Esses fenômenos revelam, de forma bastante concreta, os efeitos das transformações impostas pela racionalidade neoliberal sobre o mundo do trabalho, que também atravessam a educação enquanto campo profissional. Em resumo, o trabalho docente, assim como tantas outras relações de trabalho no capitalismo contemporâneo, foi submetido a um processo de reestruturação que fragilizou vínculos, intensificou demandas e esvaziou o sentido formativo da profissão. Autores como Martins e Duarte (2010), Brzezinski (2010) e Freitas (2007) avaliam que, em uma sociedade orientada pela lógica do capital, a docência tende a ser reduzida a uma função de caráter instrumental, o que compromete sua dimensão humanizadora e emancipatória.

Ao analisar esse processo, Brzezinski (2010) também chama atenção para o caráter utilitarista que orienta a formação docente. A ênfase no número de professores formados, dissociada de uma preocupação efetiva com a qualidade da formação que é oferecida, deixa claro um projeto de caráter reducionista, centrado em metas quantitativas e descolado de uma perspectiva crítica e emancipadora da educação. “O que de fato vem satisfazendo e encantando os financiadores estrangeiros é mesmo a quantidade de professores formados, em nível superior, para lecionar na educação básica. Na visão dos financiadores, para um povo pobre bastam professores pobremente formados”. (Brzezinski, 2010, p. 178). Uma formação massificada, desarticulada das reais necessidades do trabalho pedagógico, acaba por atender mais aos interesses de expansão a baixo custo.

Nesse cenário, a expansão da educação a distância (EaD) e das formações docentes aligeiradas (como as complementações pedagógicas, por exemplo) não pode ser entendida como um fenômeno à parte, mas como parte constitutiva da lógica de flexibilização produtiva que orienta o atual estágio do capitalismo. Sob o princípio de ampliar a certificação docente com menor custo e em menor tempo, esse processo também impulsiona a mercantilização da formação, convertendo a educação em um nicho rentável de negócios, e conforme explicam Gatti et. al (2019, p. 136), trata-se de um campo em que “grupos estrangeiros têm encontrado nesse empreendimento um mercado muito favorável ao aumento de lucros”.

Facci (2004) diz que no contexto neoliberal, o conhecimento deixa de ser visto como um bem coletivo e como instrumento de transformação social, e passa a ser tratado como mercadoria, voltada principalmente à empregabilidade e às exigências do mercado. A formação docente, também, passa a seguir a critérios de eficiência, desenvolvimento de competências e alcance de resultados, alinhando-se à lógica gerencial que domina o mundo do trabalho atual. Consideramos que a crise vivida pelos professores não é apenas resultado de condições materiais precárias, mas também por um projeto político mais amplo, que enfraquece o papel emancipador da educação pública.

Ainda, a lógica neoliberal parte da ideia de que o “sucesso profissional” depende única e exclusivamente do esforço individual e da busca permanente por qualificação. Com isso, a responsabilidade por algo que deveria ser um direito passa a recair sobre o próprio sujeito. Nessa direção, Freitas (2007) observa que a lógica que sustenta parte dos cursos à distância na formação docente, imprimem um sentido de “responsabilização” aos estudantes, atribuindo-lhes individualmente a superação de limites formativos que decorrem, em grande medida, de desigualdades estruturais. Essa visão desobriga o Estado de assegurar políticas públicas efetivas e uma formação inicial e continuada de qualidade.

Outro ponto relevante a se considerar é de que a flexibilização e a precarização das relações de trabalho, discutidas por autores como Antunes (2018) e Gatti (2010), têm influenciado diretamente a forma como os jovens percebem o trabalho e fazem suas escolhas profissionais. Carreiras tradicionais, como a docência, tornam-se cada vez menos atrativas nesse cenário. No entanto, esse processo não afeta apenas a carreira docente, mas se relaciona com um contexto social e político mais amplo, marcado pela perda de direitos e pela instabilidade do trabalho. Nesse mesmo sentido, ganham força discursos como o da “meritocracia” e do “empreendedor de si”, que naturalizam a renúncia a direitos trabalhistas (como CLT e previdência social) e legitimam a flexibilização do trabalho, conforme analisam Evangelista (2014), Antunes (2018) e Kuenzer (2024).

Segundo o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2024), não basta atrair bons estudantes para os cursos de formação e oferecer uma boa preparação inicial: torna-se fundamental garantir que esses profissionais permaneçam na carreira docente. E para isso, são necessárias condições adequadas de trabalho, com salários dignos e possibilidades reais de progressão na carreira. No entanto, esses aspectos ainda estão longe de se efetivar de forma consistente nas políticas de valorização docente no Brasil e, sobretudo, na realidade cotidiana das escolas espalhadas pelo país.

Desse modo, é possível entender que a reestruturação produtiva não mudou apenas o trabalho docente, mas passou a organizar a educação brasileira de acordo com as exigências do capital, subordinando a expansão do ensino à lógica da eficiência e da redução de custos. Assim, a escassez de professores que observamos hoje não pode ser atribuída ao desinteresse individual, mas deve ser compreendida como resultado das próprias bases capitalistas que sustentam o modelo atual de expansão educacional.

## **4 Indícios do apagão docente Ensino Fundamental II em Francisco Beltrão – PR**

Diante das discussões desenvolvidas nas seções anteriores sobre a formação docente, as condições de trabalho e a crise estrutural que atravessa a profissão, torna-se necessário observar como esses processos se manifestam na realidade concreta. Esta seção analisa a

relação entre a formação acadêmica e a atuação profissional dos professores que trabalham no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) da rede estadual de ensino no município de Francisco Beltrão, no sudoeste do Paraná.

A análise se concentra nas disciplinas obrigatórias previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018): Artes, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática. O objetivo é verificar se a formação dos professores corresponde, de fato, às disciplinas que eles lecionam, com o intuito de problematizar a adequação entre formação e o trabalho docente.

O trabalho dos docentes fora de sua área específica de formação expressa uma forma de falta de professores que, muitas vezes, não aparece nos registros oficiais. Neste estudo, essa situação é denominada de “escassez oculta” (ver Quadro 1). Esse cenário mostra que o apagão docente não se expressa apenas na ausência de professores, mas também em estratégias de improviso e flexibilização da formação que têm sustentado o funcionamento das escolas.

Foram coletados e analisados os dados sobre a relação entre a formação acadêmica dos professores e as disciplinas básicas e obrigatórias do currículo dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), considerando as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), no município de Francisco Beltrão. Apresentam-se os dados coletados referentes à formação inicial dos docentes que atuaram, em 2024, nas escolas de Ensino Fundamental II do município. Esses dados incluem informações sobre a primeira licenciatura dos professores, as disciplinas que lecionaram no referido ano e a realização de complementações pedagógicas ou segundas licenciaturas para atuação nas áreas específicas do Ensino Fundamental II.

#### **4.1 Delimitação do contexto e procedimentos de análise**

Francisco Beltrão é um município de porte médio do interior do Paraná, com aproximadamente 100 mil habitantes, e fica a 474,41km da capital do estado, Curitiba.

A mediação entre as políticas educacionais nacionais e as demandas locais das escolas é realizada pelo Núcleo Regional de Educação (NRE), que, nesta pesquisa, corresponde ao NRE de Francisco Beltrão. No Paraná, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) organiza a gestão do sistema educacional por meio de 32 NREs, responsáveis por atender e coordenar diferentes municípios. O NRE de Francisco Beltrão localiza-se na Mesorregião Sudoeste do Paraná.

Especificamente no município de Francisco Beltrão, nosso local de investigação, há 17 instituições pertencentes à Rede Estadual, considerando ainda que estas escolas estão distribuídas em áreas urbanas e rurais. Para a realização da pesquisa, foram consideradas apenas as escolas que ofertam o Ensino Fundamental II, tanto na zona urbana quanto na rural. Não foram incluídas as escolas de educação especial, de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e

as instituições de ensino profissionalizante. Com base nesses critérios, foram analisadas 13 escolas.

Para acessar os dados referentes aos professores atuantes em Francisco Beltrão-PR e quais as disciplinas lecionadas por eles, utilizou-se o Portal Dia a Dia Educação, que é um site da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR). O portal disponibiliza informações e serviços para a comunidade escolar, incluindo a consulta à lotação de professores nas escolas.

Entre 9 de outubro e 29 de novembro de 2024, foram identificados, nesse portal, os docentes que atuavam nas escolas de Francisco Beltrão que ofertam o Ensino Fundamental II. O levantamento apontou 280 professores em exercício nas 13 escolas analisadas - considerando que um mesmo docente pode atuar em mais de uma unidade escolar.

Na rede estadual do Paraná, os professores podem atuar como efetivos (QPM – Quadro Próprio do Magistério), com um ou dois padrões de 20 horas semanais, ou ainda assumir aulas extraordinárias. As aulas remanescentes são distribuídas a professores contratados por meio do Processo Seletivo Simplificado (PSS), geralmente válido por um ano. Para a jornada de 20 horas semanais, a legislação garante tempo destinado ao planejamento; no Paraná, a SEED estabelece 15 horas em sala de aula e cinco horas para atividades extraclasse (Silva; Vieira, 2021).

Os dados que foram coletados referem-se à formação inicial dos docentes, às disciplinas lecionadas em 2024 e à realização de complementações pedagógicas ou segundas licenciaturas. Essas informações foram organizadas a partir das categorias QPM e PSS. O critério central da análise foi a verificação da correspondência (ou não) entre a área de formação acadêmica dos professores e as disciplinas por eles ministradas durante o período de análise.

Embora os dados do Portal Dia a Dia Educação, referentes ao NRE de Francisco Beltrão, não indiquem falta de professores nas escolas estaduais do município, essas informações são insuficientes para responder ao problema da pesquisa, uma vez que o portal não disponibiliza dados sobre a formação acadêmica dos docentes, impedindo a verificação de sua atuação em áreas correspondentes à sua formação. À primeira vista, os dados oficiais da rede estadual de ensino não indicam falta de professores no município. As disciplinas da matriz curricular encontram-se, formalmente, preenchidas, o que pode sustentar a percepção de normalidade no funcionamento das escolas. Porém, parte-se do pressuposto de que a inadequação entre formação e atuação pode expressar um indício de apagão docente, ainda que não haja registros formais de ausência de professores nas escolas.

Defendemos que a oferta de uma educação de qualidade pressupõe que os professores tenham formação adequada, tanto em nível superior quanto em licenciatura e na área específica em que atuam, conforme orienta o Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 (Brasil, 2014). Parte-se do entendimento de que a formação superior é condição básica para o exercício da docência e que, entre os professores com ensino superior, a licenciatura é essencial para uma atuação adequada em sala de aula. Assim, analisar a adequação da formação dos docentes que estavam em exercício no período estudado contribui para identificar a existência de uma possível

“escassez oculta” de professores e compreender o chamado “apagão docente”.

Em março de 2025, foi protocolado junto ao NRE de Francisco Beltrão um pedido de acesso a informações necessárias à realização da pesquisa. A solicitação incluiu informações sobre os professores que atuaram no Ensino Fundamental II no município nos meses de outubro e novembro de 2024, como informações pessoais básicas (idade e gênero), tipo de vínculo com a rede estadual (efetivo ou PSS), disciplinas lecionadas e dados referentes à formação inicial, incluindo licenciaturas cursadas, instituições de formação e ano de conclusão. Esses dados seriam utilizados para delimitar o universo da pesquisa, analisar o perfil etário dos docentes, verificar o tipo de vínculo empregatício e avaliar a compatibilidade entre formação acadêmica e área de atuação.

O NRE respondeu à solicitação após cerca de dez dias, encaminhando uma planilha com dados quantitativos referentes ao vínculo, gênero e áreas de docência, sem identificação nominal dos professores. Segundo despacho da Assessoria da Diretoria de Educação, as informações relativas à formação inicial não puderam ser fornecidas, por dependerem da identificação dos servidores (Paraná, 2025a). Dessa forma, os dados enviados mostraram-se insuficientes para a continuidade da pesquisa.

Diante dessa limitação, optou-se pela coleta direta de dados junto aos docentes, por meio da aplicação de um formulário no *Google Forms*, posteriormente divulgado aos diretores das escolas, por e-mail aos professores, em grupos de WhatsApp, por meio de cartazes com QR code afixados nas salas dos professores e com o apoio de colegas que mantinham contato com docentes dessa etapa de ensino. O formulário continha três seções, com 12 questões fixas, além de um bloco adicional de até cinco perguntas para cada licenciatura complementar informada.

A primeira seção reuniu dados de identificação e informações funcionais, como idade, tipo de vínculo com o Estado - efetivo ou PSS -, ou se estava afastado de sala de aula (com espaço para especificar o motivo), quais as disciplinas lecionadas em 2024 e em 2025 e a situação funcional nos meses de outubro e novembro de 2024 (se o(a) professor(a) estava atuando em sala de aula, afastado(a) por alguma licença, ou designado(a) para outras funções). A segunda seção abordou a formação inicial, incluindo curso de graduação, ano de conclusão, instituição de ensino, natureza da instituição (pública ou privada) e modalidade do curso (presencial ou EaD). Já a terceira seção foi dedicada às segundas licenciaturas ou complementações pedagógicas, com informações detalhadas para cada formação adicional declarada.

O questionário foi direcionado aos professores que constavam como ativos no Portal Dia a Dia Educação no período de 9 de outubro a 29 de novembro de 2024 e que atuavam nas 13 escolas selecionadas, totalizando 280 docentes. No entanto, o retorno das respostas foi aquém do esperado, com apenas 49 respostas ao formulário. Nesse artigo, apresentamos os resultados da pesquisa referente à análise da adequação entre a formação acadêmica e a área de atuação desses professores.

## 4.2 Formação, trabalho docente e improviso como estratégia de gestão

Esta seção apresenta e discute os resultados obtidos a partir do formulário respondido por docentes que atuam no Ensino Fundamental II na rede estadual de Francisco Beltrão - PR. O formulário foi disponibilizado a todos os docentes em exercício entre junho e novembro de 2025. O período de coleta precisou ser ampliado em razão do baixo número inicial de respostas, o que resultou também na participação de profissionais que não constavam no levantamento preliminar realizado entre outubro e novembro de 2024 (consulta ao Portal Dia a Dia Educação). Essa diferença pode ser explicada pelas movimentações funcionais ocorridas ao longo do período analisado e pela própria dinâmica do quadro docente, que está em constante atualização (especialmente no caso dos professores temporários (PSS), que entram e saem com mais frequência).

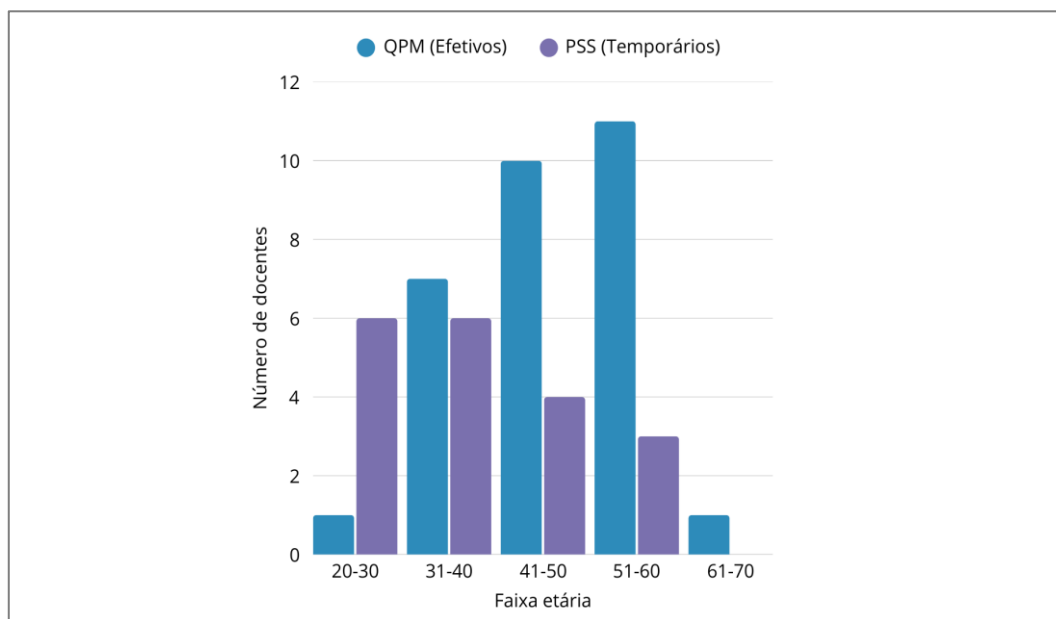
Do total de 280 professores atuantes na etapa do Ensino Fundamental II no período considerado, 49 responderam ao formulário. Embora o número de respondentes não permita generalizações estatísticas, os dados revelam tendências convergentes com a literatura sobre precarização e escassez docente, conforme se vê a seguir.

Quanto ao vínculo institucional, 30 docentes são efetivos do Quadro Próprio do Magistério (QPM) e 19 são contratados temporariamente (PSS), o que significa dizer que quase 40% dos respondentes não possuem vínculo estável. Essa proporção, mesmo em um grupo reduzido, já é suficiente para demonstrar, na prática, o quanto a rede estadual depende de vínculos temporários para manter seu funcionamento, e como tornou-se o modo prioritário de gestão da força de trabalho docente no Paraná. Em Francisco Beltrão, essa configuração materializa, em escala local, um movimento mais amplo de flexibilização das relações de trabalho docente, marcado pela ampliação de formas contratuais mais instáveis e pela fragilização da estabilidade funcional, processo discutido por Silva e Motta (2019).

Já a análise da faixa etária indica um corpo docente predominantemente mais velho. A maioria dos respondentes tem entre 50 e 60 anos (15 respondentes), seguida das faixas 30–40 anos (14 respondentes) e 40–50 anos (13 respondentes), enquanto os grupos mais jovens representam uma proporção reduzida: apenas 6 respondentes têm entre 20 e 30 anos, e somente 1 docente possui entre 60 e 70 anos.

Ao relacionar idade e tipo de vínculo (Figura 1), observa-se que os contratos temporários (PSS) se concentram principalmente entre os professores mais jovens, sobretudo na faixa de 20 a 30 anos, o que indica que essa tem sido a principal porta de entrada na rede estadual. Ao mesmo tempo, também há docentes PSS em faixas etárias intermediárias e mais altas, ainda que em menor número. Isso sugere que esse tipo de contrato também funciona como forma de retorno ou recolocação profissional, possivelmente ligada à realização de uma segunda licenciatura ou à complementação pedagógica. Em contraste, os professores efetivos aparecem majoritariamente a partir dos 40 anos, mostrando que a estabilidade na carreira continua fortemente associada ao ingresso por meio de concursos públicos.

Figura 1 – Distribuição dos docentes por faixa etária e tipo de vínculo, 2024.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Aqui, apresentamos os dados que indicam que, mesmo que em uma pequena amostragem, o ingresso no magistério tem ocorrido, em grande parte, em condições temporárias, com o concurso público deixando de cumprir seu papel histórico de renovação regular do quadro docente. A estabilidade profissional, por sua vez, permanece concentrada entre professores mais velhos, que, muito provavelmente, ingressaram na carreira em um período de maior institucionalização do trabalho docente.

Essa configuração revela a coexistência de diferentes formas de inserção profissional, porém acaba reforçando a formação de um corpo docente envelhecido, marcado pela falta de políticas consistentes de ingresso, permanência e valorização da docência. Estudos recentes apontam que esse envelhecimento traz riscos importantes, especialmente pela proximidade de aposentadorias em larga escala. (Gatti *et al.*, 2019; SEMESP, 2022). Sem a entrada suficiente de novos professores para substituir os que estão saindo, amplia-se a defasagem entre saída e reposição.

Os dados coletados sobre o ano de ingresso na rede estadual confirmam essa tendência. Observou-se uma concentração de ingressos em três intervalos principais: início dos anos 1990 e 2000, e um novo pico recente, a partir de 2021. Tivemos 5 docentes que ingressaram em 1992, 4 docentes em 2003, 3 docentes em 2008, 3 docentes em 2014, e um conjunto iniciando recentemente, com 4 em 2024 e 2 em 2025. Esse movimento revela duas dinâmicas acontecendo ao mesmo tempo: de um lado, um grupo de professores com muitos anos de carreira, o que indica um quadro docente já envelhecido e mais próximo da aposentadoria; de outro, a entrada recente de novos docentes, provavelmente ligada tanto à necessidade emergencial de reposição quanto ao aumento das contratações temporárias, além do último concurso público, realizado em 2023.

O registro de apenas 2 ingressos em 2025 e 3 em 2024 (período que coincide com a realização do último concurso público) reforça a ideia de que a renovação do quadro efetivo tem ocorrido de forma lenta. Esse cenário tende a agravar o desequilíbrio geracional e a aumentar a dependência dos contratos temporários, como já indicado anteriormente. Em síntese, mesmo com um número reduzido de participantes, os dados apontam para o mesmo problema: a entrada de novos professores não acompanha a necessidade de reposição. A renovação geracional da categoria está muito distante de atender à demanda real das escolas.

Já no que se refere à situação de trabalho no período analisado, a maioria dos respondentes declarou estar em exercício direto em sala de aula (41 respondentes). Os percentuais de docentes afastados por licença ou designados para funções fora da sala de aula são relativamente baixos e não explicam, por si só, a elevada presença de professores temporários. Esse dado reforça a interpretação de que o uso recorrente do PSS não se limita à substituição de ausências pontuais, mas opera como solução permanente para provimento de novos professores. Nesse sentido, o uso frequente de contratos temporários mostra um modelo de gestão que passou a tratar o PSS como solução permanente, e não como medida excepcional. Essa prática aumenta a instabilidade dos vínculos, aprofunda a precarização do trabalho docente e ainda dificulta a renovação do quadro efetivo.

É importante destacar que a análise se restringe aos componentes curriculares do Ensino Fundamental II, por se tratar do foco desta investigação. Nessa etapa, de acordo com a BNCC (2018), as disciplinas estão organizadas em cinco áreas do conhecimento: Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física), Matemática, Ciências da Natureza (Ciências), Ciências Humanas (Geografia e História) e Ensino Religioso. Na listagem original de respostas, no entanto, aparecem também outros componentes, como projetos eletivos, disciplinas ligadas à organização escolar e componentes do Ensino Médio. Isso ocorre porque muitos docentes atuam simultaneamente em escolas que ofertam diferentes etapas de ensino, o que explica a presença de respostas que extrapolam o recorte definido para a análise.

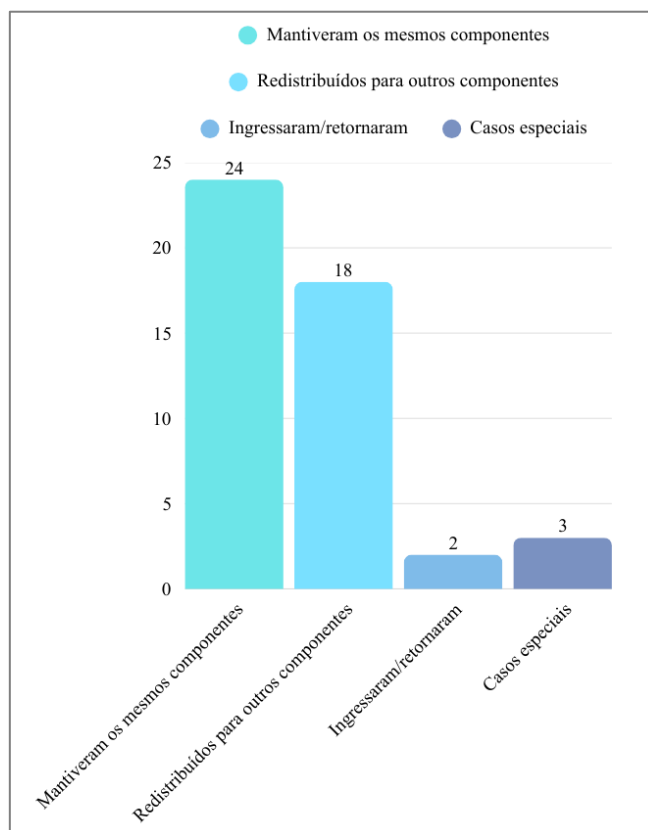
Embora a maioria relativa (24 docentes) tenha permanecido lecionando os mesmos componentes curriculares, houve um número expressivo de profissionais redistribuídos para outras áreas (18 docentes, ou seja, cerca de 37% do total), e isso evidencia um cenário de readequação: podemos supor que seja por déficit de professores em determinados componentes, seja pela necessidade de “tapar buracos” ocasionados por afastamentos, aposentadorias ou falta de profissionais habilitados. Em resumo, o cenário mostra que manter o professor fixo em um mesmo componente não tem sido a prática dominante, e isso traz impacto direto na estabilidade pedagógica, quebra a continuidade do planejamento e pode afetar a qualidade do ensino.

A seguir, apresentamos os dados referentes ao primeiro curso de graduação concluído pelos docentes respondentes, com o objetivo de verificar a compatibilidade entre formação inicial e os componentes curriculares lecionados. Essa etapa ajuda a compreender em que medida a distribuição dos docentes nas escolas atende às diretrizes de formação específica previstas na legislação educacional.

Os dados mostram que, além dos componentes obrigatórios previstos na BNCC (2018), há uma presença expressiva de disciplinas da chamada Parte Diversificada do currículo, como Projeto de Vida e Pensamento Computacional. Embora os documentos oficiais as apresentem como propostas interdisciplinares e inovadoras (Paraná, 2023, 2025b), na prática essas disciplinas têm sido usadas principalmente para completar a carga horária dos professores.

Na comparação entre os componentes curriculares lecionados em 2024 e 2025 (Figura 2), observou-se que 24 docentes continuaram atuando nas mesmas disciplinas. Em contrapartida, 18 passaram por redistribuições internas e assumiram novos componentes curriculares no período analisado. Também foram identificados 2 docentes que retornaram ou ingressaram na docência em 2025, após não estarem em sala de aula no final de 2024. Além disso, apareceram três situações específicas, relacionadas à readaptação funcional, à aposentadoria e a uma resposta inválida. Ao todo, este recorte analítico preliminar é composto por 49 respostas válidas.

**Figura 2 –** Movimentação dos docentes entre 2024 e 2025 nos Componentes Curriculares.



Fonte: Elaborado pelos autores.

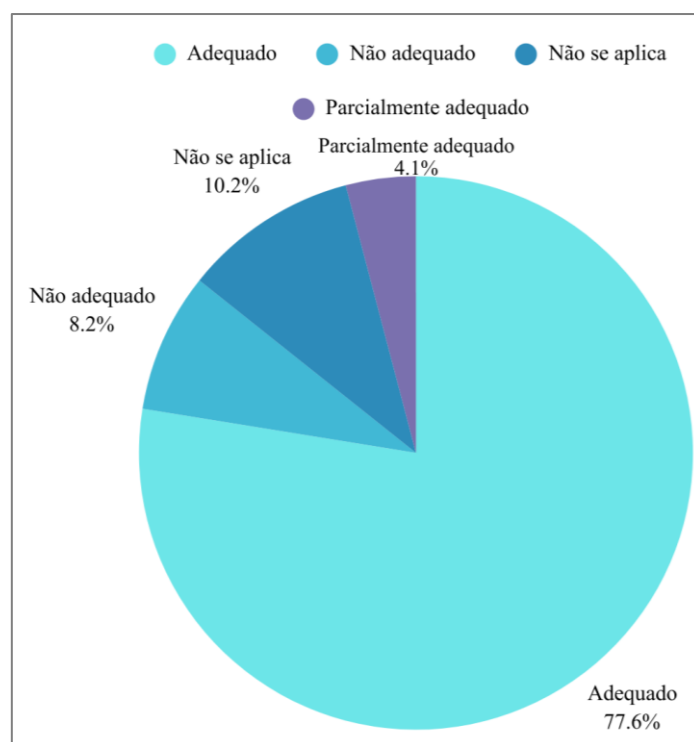
A análise dos componentes curriculares lecionados no período mostra que uma parte significativa das disciplinas pertence à chamada Parte Diversificada do currículo. Em muitos casos, a escolha dessas disciplinas parece responder menos a critérios pedagógicos e mais à necessidade de garantir aulas para não ficar sem trabalho. Além disso, disciplinas como Projeto de Vida e Pensamento Computacional, por terem caráter interdisciplinar e não exigirem uma formação específica, permitem

uma alocação mais ampla de professores, independentemente de sua área de formação inicial. Com isso, a expansão da Parte Diversificada acaba enfraquecendo a relação entre formação docente e disciplina lecionada, favorecendo esses tipos de arranjo em que o professor assume disciplinas apenas para completar sua carga horária. Nesse contexto, a atribuição dessas disciplinas atende muito mais à necessidade de composição da carga horária do que à formação acadêmica do docente.

Em síntese, manter o professor fixo em um mesmo componente, o de sua própria área de formação, não tem sido a regra. Esse movimento afeta diretamente a estabilidade pedagógica, interrompe a continuidade do planejamento e pode comprometer a qualidade do ensino. Além disso, esse quadro dialoga com um contexto mais amplo de precarização do trabalho docente e com a dificuldade crescente de manter equipes estáveis nas escolas, marcadas por remanejamentos constantes.

Como já indicado anteriormente, a análise considera apenas os componentes curriculares previstos na BNCC (2018). Por isso, não foram incluídas disciplinas que vão além desse escopo, como Projeto de Vida, Estudo Orientado e Robótica, por exemplo. Os dados coletados mostram que 25 professores atuam exclusivamente em disciplinas previstas na BNCC (2018), enquanto quase metade dos docentes também leciona componentes da Parte Diversificada. Do total de 49 professores analisados, quatro foram classificados como “não adequados” e dois como “parcialmente adequados”. Entre esses casos, destacam-se situações de professores ainda em formação inicial, sem graduação concluída, e outros atuando em disciplinas fora de seu campo formativo.

**Figura 3** – Panorama geral da adequação da formação docente aos Componentes Curriculares dos respondentes, 2025.

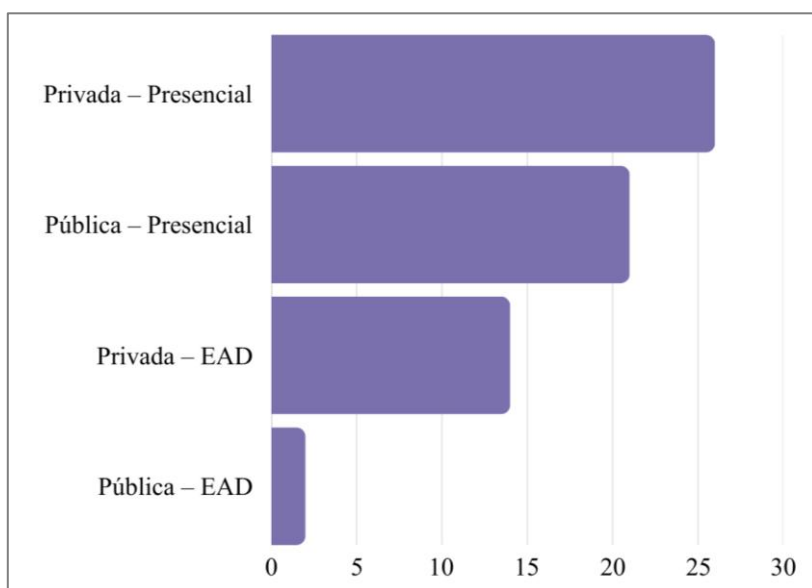


Fonte: Elaborado pelos autores.

Embora essa prática seja legalmente permitida pelas normativas estaduais, que autorizam a atribuição de aulas a acadêmicos de licenciatura ou a docentes com formações consideradas “afins”, (SEED, 2024) ela também revela uma contradição. Os próprios indicadores<sup>3</sup> oficiais de adequação docente classificam professores sem formação superior completa como o nível mais baixo de adequação. Ao flexibilizar os critérios para suprir a falta de professores, o Estado não enfrenta a crise, apenas a administra, mantendo o sistema em funcionamento à custa da desprofissionalização e precarização do trabalho docente. Essa lógica também se expressa na atribuição de aulas remanescentes (SEED, 2024), cuja regulamentação prioriza critérios como tempo de serviço, carga horária cursada ou idade, relegando a formação específica a um plano secundário. Essa é a chancela legal para o improviso docente, autorizado pelo próprio Estado.

Por fim, ao analisar o perfil formativo dos respondentes, apresentamos os dados que revelam a predominância de graduações realizadas em instituições privadas e a concentração da formação a distância nesse setor (Figura 4).

**Figura 4 – Tipo de instituição e modalidade**



Fonte: Elaborado pelos autores.

A busca por segundas licenciaturas e complementações pedagógicas aparece, majoritariamente, como estratégia de permanência no trabalho. Os docentes relatam ampliar suas

<sup>3</sup> Categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona, segundo Inep (2014):

**Grupo 1** - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

**Grupo 2** - Docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

**Grupo 3** - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona.

**Grupo 4** - Docentes com formação superior não considerada nas categorias anteriores.

**Grupo 5** - Docentes sem formação superior.

habilitações para aumentar as chances de contratação, garantir aulas, evitar redução salarial ou melhorar sua posição na distribuição de carga horária. Não se trata apenas de desenvolvimento profissional voluntário, mas de uma resposta individual a um contexto estrutural de instabilidade.

No conjunto, os dados coletados mostram que o apagão docente em Francisco Beltrão não aparece como falta imediata de professores em sala de aula, mas como uma crise silenciosa. Ela se expressa no envelhecimento do corpo docente, na pouca entrada de jovens na carreira, no avanço dos contratos temporários, na alta rotatividade e na flexibilização dos critérios de formação. A rede continua funcionando, mas se mantém apoiada em improvisos. Os dispositivos legais que flexibilizam os critérios de distribuição de aulas oficializam e legitimam esse improviso. Na prática, o Estado passa a administrar a crise preenchendo a falta de professores qualificados com docentes ainda em formação ou atuando fora de sua área de origem.

O resultado da pesquisa mostra que a crise docente em Francisco Beltrão não é apenas uma hipótese teórica, mas uma realidade concreta e mensurável, assim como já vem sendo apontado para outras regiões pela literatura recente (OECD, 2024; SEMESP, 2022, 2023; Bof; Caseiro; Mundim, 2023). Mesmo com uma amostragem reduzida, os dados revelam um cenário marcado pelo envelhecimento do corpo docente, pelo avanço dos contratos temporários, pela rotatividade de docentes entre componentes curriculares e pela flexibilização nas exigências de formação, o que vai de encontro ao debatido na literatura por autores como Silva e Motta (2019), Piovezan e Ri (2019) e Moura, Mendes Segundo e Aquino (2021). Nesse contexto, o sistema educacional continua funcionando, mas apoiado em arranjos que intensificam o trabalho, ampliam a precarização e reforçam a desvalorização da docência. Em Francisco Beltrão, essas transformações aparecem de forma concreta na presença de professores atuando fora de sua área de formação, na busca por habilitações complementares como estratégia de permanência no trabalho e no uso cada vez mais frequente de vínculos temporários para suprir demandas da rede.

## **5 Considerações finais**

A análise da relação entre formação acadêmica e atuação profissional dos docentes do Ensino Fundamental II da rede estadual de Francisco Beltrão - PR permite compreender o fenômeno apagão docente e as condições que permeiam a carreira. Partiu-se da compreensão de que o apagão não pode ser explicado apenas em termos quantitativos, mas deve ser apreendido como expressão de fragilidades estruturais associadas à formação, às condições de trabalho e à desvalorização da docência no contexto do capitalismo contemporâneo.

Os resultados da pesquisa indicam que, embora não haja registros oficiais de falta de professores no município, a realidade escolar revela uma escassez oculta, materializada em práticas de improvisação e expressa na flexibilização da formação exigida, na realocação constante de docentes entre disciplinas e no uso de estratégias institucionais para suprir carências de pessoal.

A atuação de docentes fora de sua área de formação específica, a presença de professores ainda em formação inicial assumindo salas de aula, a ampliação do uso de componentes da Parte Diversificada para composição de carga horária e a alta rotatividade interna entre disciplinas expõe um quadro de aparente normalidade, mas que encobre desequilíbrios. Esses elementos permitem afirmar que a inadequação entre formação e atuação constitui um indicador concreto do apagão docente em sua forma silenciosa.

Ao ampliar a compreensão do apagão docente, este estudo o articula às transformações no mundo do trabalho, à precarização dos vínculos, à intensificação das tarefas e à lógica neoliberal de gestão da educação, contribuindo para o debate teórico sobre o tema. Ou seja, insere-se em um movimento estrutural de reorganização da educação sob racionalidades gerenciais e produtivistas, com impactos diretos sobre a formação e o trabalho docente.

Nesse artigo apresentamos os resultados da pesquisa que reúne dados concretos sobre a realidade de um município do sudoeste do Paraná e questiona a ideia de que a ausência de registros formais de falta de professores significaria a inexistência do problema. Ao examinar dispositivos legais e normativos, o estudo mostra como o improviso é legitimado e como os critérios de formação são flexibilizados, o que traz implicações políticas relevantes ao problematizar a naturalização da precarização como forma de gestão do trabalho docente.

O estudo apresenta limitações, sobretudo em razão do recorte local e do número de participantes, o que não nos permite generalizações estatísticas. Ainda assim, os resultados dialogam com tendências já apontadas pela literatura, indicando a importância de ampliar pesquisas semelhantes para outros municípios e regiões, bem como de aprofundar análises comparativas entre diferentes redes de ensino.

Em síntese, os dados analisados mostram que o apagão docente não se manifesta apenas na falta de professores em sala de aula, mas também no enfraquecimento das condições que sustentam o trabalho docente. Trata-se de uma crise que se expressa no cotidiano escolar por meio do improviso institucionalizado, da desprofissionalização e da transferência aos próprios professores da responsabilidade por permanecer na carreira. Dessa forma, o apagão docente aparece como uma expressão da crise do trabalho sob o capital, com impactos diretos sobre a organização escolar, a qualidade da educação básica e a própria sustentabilidade da docência enquanto profissão.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335–351, maio 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfgSWqgGpp/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 02 maio 2026.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária - a dupla face de um mesmo projeto. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 2, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistatdh.emnuvens.com.br/Revista-TDH/article/view/43>. Acesso em: 23 jan. 2026.

BOF, Alvana Maria; CASEIRO, Luiz Zalaf; MUNDIM, Fabiano Cavalcanti. Carência de professores na educação básica: Risco de apagão? **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 9. Brasília: Inep. 2023. Disponível em: <https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/5967>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf). Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024: Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conheca\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conheca_20_metas.pdf). Acesso em: 24 jan. 2026.

BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CENTRO DE ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO (CEAPG); INSTITUTO PENÍNSULA. **Pesquisa sobre oferta e demanda de professores do Brasil: relatório consolidado**. São Paulo: FGV EAESP, dez. 2020. Disponível em: [https://institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2022/01/OFERTA-E-DEMANDA\\_CONSOLIDADO.pdf](https://institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2022/01/OFERTA-E-DEMANDA_CONSOLIDADO.pdf). Acesso em: 26 maio 2025.

EVANGELISTA, Olinda. (Org.) **O que revelam os slogans na política educacional**. 1. ed. Araraquara, SP: Junqueira e Marin, 2014.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?** um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1203–1230, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/tYqzhTX8hPZ65q5z3zvSwWG/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2026.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/R5VNX8SpKjNmKPxxp4QMt9M/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2026.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social**. Brasília, DF: UNESCO, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/R5VNX8SpKjNmKPxxp4QMt9M/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2026.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: [https://www.fcc.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Livro\\_ProfessoresDoBrasil.pdf](https://www.fcc.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf). Acesso em: 20 jan. 2026.

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2273>. Acesso em: 24 jan. 2026.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Nota técnica:** indicador de docentes com formação legal para o exercício da docência. Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/informacoes\\_estatisticas/indicadores\\_educacionais/2014/docente\\_fo\\_rmacao\\_legal/nota\\_tecnica\\_indicador\\_docente\\_formacao\\_legal.pdf](https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_fo_rmacao_legal/nota_tecnica_indicador_docente_formacao_legal.pdf). Acesso em: 7 jun. 2025.

Instituto SEMESP. **Mapa do Ensino Superior**. 14. ed. São Paulo: Instituto SEMESP, 2024. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2024/04/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2024.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

Instituto SEMESP. **Risco de “apagão” de professores no Brasil**. São Paulo: Instituto SEMESP, 2022. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/pesquisas/risco-de-apagao-de-professores-no-brasil/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

KUENZER, Acacia Zeneida. Formação docente: novos ou velhos desafios? As diretrizes curriculares e a instituição ou institucionalização da precarização da formação. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 24, p. e17282, 2024. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/17282>. Acesso em: 20 jan. 2026.

MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (orgs.). **Formação de professores:** limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MOURA, Lívia Romero de; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; AQUINO, Cássio Adriano Braz de. Do docente efetivo ao docente uberizado: a precarização contratual do professor no Brasil. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 67–85, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/29404>. Acesso em: 20 jan. 2026.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Education at a Glance 2024:** OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/c00cad36-en>. Acesso em: 20 jan. 2026.

PARANÁ. Secretaria da Educação. Diretoria de Educação – DEDUC; Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar – DPGE. **Instrução Normativa Conjunta n.º 014/2023 – DEDUC/DPGE/SEED:** dispõe sobre a Matriz Curricular do Ensino Fundamental – Anos Finais para a rede pública estadual de ensino do Paraná. Curitiba: Secretaria da Educação do Estado do Paraná, 2023. Disponível em: <https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escrbaseed@1401b34a-f205-4e05-ac58-b30ec7ae9c97&emPg=true>. Acesso em: 23 dez. 2025.

PARANÁ. Secretaria da Educação. Diretoria de Educação – DEDUC; Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar – DPGE. **Instrução Normativa Conjunta n.º 002/2025 – DEDUC/DPGE/SEED – retificada:** dispõe sobre a Matriz Curricular do Ensino Médio da rede estadual de ensino do Paraná. Curitiba: Secretaria da Educação do Estado do Paraná, 2025b. Disponível em: <https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escrbaseed@593fe82c-3a40-46fe-b980-de9fe29ca5b4&emPg=true>. Acesso em: 23 dez. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretoria de Educação. **Despacho de SEED/DEDUC/CH para SEED/DEDUC/NAAI**. Curitiba, 18 mar. 2025a. Assinado por: Maria Izabel Ribeiro Peterlini. Protocolo: 23.616.114-5.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O que explica a falta de professores nas escolas brasileiras?. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 8, n. 15, jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/39189>. Acesso em: 20 jan. 2026.

PIOVEZAN, Patricia Regina; RI, Neusa Maria Dal. Flexibilização e Intensificação do Trabalho Docente no Brasil e em Portugal. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 2, p. e81355, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/v6nvnfBBsMC6cKqdpXtXJ3Q/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2026.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEED). **Resolução n.º 7.863/2024 – GS/SEED:** regulamenta a distribuição de aulas e funções aos professores do Quadro Próprio do Magistério – QPM, do Quadro Único de Pessoal – QUP e aos professores contratados em Regime Especial nas instituições estaduais de ensino do Paraná, para o ano letivo de 2025. 2024. Disponível em: [https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2024\\_12/resolucao78632024\\_gsseed.pdf](https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024_12/resolucao78632024_gsseed.pdf). Acesso em: 29 nov. 2025.

SILVA, Amanda Moreira da; MOTTA, Vânia Cardoso da. O precariado professoral e as tendências de precarização que atingem os docentes do setor público. **Roteiro**, Joaçaba, v. 44, n. 3, e20305, jan. 2019. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-60592019000300404&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592019000300404&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 maio 2026.

SILVA, Elza Fagundes da; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Adoecimento docente nas escolas públicas do estado do Paraná. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, n. 59, 2021. Disponível em:

TRINDADE, Letícia Gomes da Silva. **O apagão docente no Ensino Fundamental II da Rede Estadual do Paraná:** a legalização do improviso docente. 2026.182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2026. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/8375>. Acesso em: 29 abr. 2026.

---

#### **Contribuições dos Autores (CRediT)** (Seguindo os critérios de Taxonomia CRediT)

Letícia Gomes da Silva Trindade: Redação do manuscrito original e Redação - revisão e edição.

Vanice Schossler Sbardelotto: Supervisão e Redação - revisão e edição

#### **Conflitos de Interesses:**

Os autores declaram não haver quaisquer relações pessoais, profissionais, financeiras ou acadêmicas que possam ser interpretadas como influência nos métodos, resultados ou discussões apresentadas neste manuscrito.

#### **Financiamento:**

Esta pesquisa não recebeu financiamento.

#### **Aprovação ÉTICA:**

Não se aplica.

#### **Agradecimentos**

Não se aplica.

#### **Como citar este artigo (ABNT):**

TRINDADE, Letícia Gomes da Silva; SBARDELOTTO, Vanice Schossler. O apagão docente para além da ausência de professores: formação, trabalho e improviso. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v.16, e162621, p.1-22, jan./dez. 2026. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/revistaeduclings/article/view/11727>. Acesso em: [inserir data de acesso]..

#### **Editor Responsável:**

Deivid Alex dos Santos.